

A verdade de Carrilho



EMÍDIO RANGEL

A versão sobre a demissão de Manuel Maria Carrilho por razões estritas de natureza pessoal, que foi largamente difundida por António Guterres e consentida pelo ex-ministro, é, evidentemente, uma estratégia para enganar os tolos dos eleitores. Carrilho abandona o Governo por razões políticas e fez mal quando, em declarações aos órgãos de Comunicação Social, fez passar a mensagem de que tudo corria no melhor dos mundos e a saída estava apenas relacionada com um virar de página na política cultural a exigir, portanto, um ou-

tro protagonista. O regresso ou ingresso de Carrilho no Parlamento pode explicar esta versão cor-de-rosa dos acontecimentos, mas é lamentável que a verdade não tenha prevalecido e os relatos permaneçam nebulosos, porque, em última instância, o que está em causa é o respeito que os portugueses merecem e a continuidade ou não de um trajecto que, pela primeira vez, tinha colocado as coisas da cultura nos eixos exactos.

Carrilho definiu uma política para a recuperação dos teatros nas principais cidades do País e com isso impulsionou o aparecimento de novos grupos de teatro.

Carrilho criou dezenas de novas bibliotecas e deu corpo a uma política de apoio ao livro como instrumento fundamental de cultura.

Carrilho desencadeou uma séria e verdadeira política de apoio ao cinema português, corrigindo os

anacronismos em que vivíamos e lançando as bases de uma nova etapa que libertasse o cinema do círculo restrito da produção para meia dúzia de espectadores.

Carrilho accionou uma política de protecção do património cultural e, em meu entender, travou a delapidação do espólio nacional que se ia esboroando sem nenhuma contenção.

Carrilho conseguiu 72 milhões de contos de fundos comunitários para a Cultura, ultrapassando todos os outros países candidatos ao mesmo apoio. A história ou o tempo próximo julgará o seu percurso como ministro, mas o que importa sublinhar neste momento é que a sua demissão está indissociavelmente ligada a esta vitória histórica na União Europeia.

Carrilho abandona o ministério porque o Governo pretende já este ano, e com mais relevo no próxi-

mo, reduzir drasticamente as dotações orçamentais do ministério, atirando por terra a oportunidade do aproveitamento dos 72 milhões de contos. Parece um paradoxo mas não é. De acordo com as normas comunitárias, o País que beneficia do apoio comunitário para a Cultura é obrigado a investir adicionalmente 25 % da verba doada. Com a redução orçamental pretendida pelo Ministério das Finanças (que atirava as verbas da cultura para os níveis de 1994) fica inviabilizada a quase totalidade da utilização da verba comunitária. De facto, andar cinco anos a definir políticas culturais para as áreas-chave, obter apoios vultosos da Comunidade para essas políticas e concluir que por razões de política económica é preciso atirar por terra os resultados obtidos e os projectos aprovados é não só desmoralizante como politicamente inaceitável.